

# As fronteiras abertas

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

A faixa de Gaza brasileira pode ser colocada em diversos pontos do imenso território nacional. Nos últimos tempos, ela se estabeleceu no Rio de Janeiro, especificamente na Zona Oeste da cidade, que une condomínios de alto luxo a residências pobres e favelas. Em meio a tudo isso, operam aparentemente sem qualquer controle do Estado as milícias que brigam entre si para vender proteção, produtos, serviços e drogas para a população. As polícias no Rio de Janeiro são parte do problema, e não da solução.

O governador Cláudio Castro embarcou rapidamente para Brasília em busca de algum auxílio. Cerca de 300 soldados da Força Nacional estão nas terras cariocas com o objetivo de fiscalizar as rodovias federais, cuidadosamente orientados para não trabalhar em conjunto com as polícias do estado. Não é bom misturar os esforços naquele pedaço. Mas os militares fizeram, ao tempo do governo Temer, uma intervenção federal que custou mais de um bilhão e meio de reais, e a situação continua péssima. Não há Secretaria de Segurança Pública no Rio.

Esse é o retrato da situação da segurança no Rio de Janeiro. Mas há outro ângulo para observar o fenômeno. O Brasil não produz cocaína. Os principais produtores são, pela ordem, Colômbia, Peru e Bolívia. O maior mercado consumidor é o norte-americano. A droga escoca das costas colombianas e da Venezuela, por mar ou ar, para alcançar as cidades do Hemisfério Norte. Outro grande mercado consumidor é a Europa. Mas entre o produtor e o consumidor está o Brasil. As rotas são

conhecidas. Vêm pelo Rio Solimões, voam para Suriname, entra pelo Paraguai, pela rodovia interoceânica que chega ao Acre, entre outros caminhos. Esse é um problema sério. O governo Lula cogita aumentar a presença do Estado na faixa de fronteira de 150 para 250 quilômetros.

Mas com apenas os 150 quilômetros atuais, a faixa de fronteira abrange 588 municípios de 11 estados — Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Essa área corresponde a 27% do território brasileiro. E milhões de pessoas vivem nela. Outra ideia é realocar o programa Calha Norte, que deixaria de ser do Ministério da Defesa para ficar sob a proteção do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. O Calha Norte foi criado em 1985 e conectado à pasta da Defesa em 1999, orientado para promover a ocupação nas áreas de fronteira.

No plano da realidade, as fronteiras brasileiras são muito mal policiadas e defendidas. A Aeronáutica não dispõe do material necessário para realizar a vigilância mínima na enorme fronteira seca do país, que vai desde a Guiana Francesa até a fronteira com o Uruguai. O Exército faz alguns movimentos para demonstrar sua capacidade, está instalado em todo território nacional, mas não tem uma força de deslocamento rápido. O Exército foi criado em torno do projeto de combate contra os países do Sul. Lentamente, ele percebeu que os possíveis inimigos estão ao Norte, na selva amazônica. É por ali, por terra, ar e via fluvial, que entram as drogas.

A Marinha é um caso escandaloso. O poder

naval tem sofrido o maior nível de degradação nos últimos anos. A falta de prioridade de sucessivos governos e a redução de investimentos para obtenção, operação, manutenção e modernização de meios contribuiu para uma diminuição gradativa e constante da Marinha do Brasil. A força enfrenta a obsolescência de navios, que levará a uma redução da atual frota em cerca de 40% até o ano de 2028. É inquestionável a importância da construção de submarinos convencionais e um nuclear em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Mas o Álvaro Alberto só deverá ser incorporado em 2037, se as negociações para a transferência de tecnologia sensível com o governo francês chegarem a bom termo.

Neste ano de 2023, três submarinos foram desincorporados ou aposentados. O Timbira, o Tapajós e o Tamoio. O Brasil não tem Guarda Costeira, e a Marinha não consegue vigiar toda a vasta costa brasileira nem fazer a vigilância razoável nos rios da Amazônia. A costa norte do país é completamente desprotegida. Trata-se de um paraíso para contrabandistas de todos os quilates. A Marinha mantém uma base aérea em São Pedro de Aldeia, no estado do Rio de Janeiro, onde utiliza os velhos A4 Skyhawk que deveriam pousar em porta-aviões, mas a força naval não possui um navio-aeródromo. A Marinha do Brasil opera 70 mil funcionários, somando civis e militares. A Polícia Militar de São Paulo tem mais de 100 mil funcionários, 28 aeronaves, dois navios de combate, 452 embarcações, 16 mil veículos, 450 cavalos, 430 cães e 120 batalhões. A Marinha é menor que a polícia paulista.

## Agronegócio e os desafios frente à questão climática

» NEY DIAS  
Diretor-presidente da Bradesco Seguros

Recentemente, tive a oportunidade de interagir com várias lideranças do agronegócio, tanto de cooperados quanto de grandes empresas. São inegáveis os avanços na produtividade, consciência ecológica e na competitividade do produtor brasileiro. No entanto, ainda existem muitas oportunidades de maior cobertura e proteção de seguro, não só da safra, maquinário e equipamentos, especialmente com o agravamento dos eventos climáticos, mas também de suas famílias e funcionários em relação a saúde, vida e previdência.

As consequências das alterações climáticas no mundo há muito deixaram de ser meras previsões e passaram a fazer parte da nossa realidade. Os efeitos dos eventos climáticos recorrentes, como ciclos e vendavais mais intensos, secas prolongadas e fortes inundações, são cada vez mais tangíveis e perceptíveis para todos.

Em situações de catástrofes naturais, as seguradoras e os resseguradores, aliados aos corretores especializados no segmento, têm exercido um papel cada vez mais relevante. Embora um desastre natural seja geralmente de baixa previsibilidade e antecipação, é possível sempre se preparar melhor. Com um planejamento adequado de capacidade, é possível garantir a atuação nessas circunstâncias especiais, reduzindo o tempo de resposta para o pagamento de sinistros, o que é fundamental nesses momentos de urgência. Após um desastre climático, as seguradoras têm desempenhado um papel crucial na resiliência da sociedade, fornecendo fundos para reparação e reconstrução, ajudando as comunidades a se recuperarem mais rapidamente. Nesses momentos, é nítida também a pouca penetração do seguro ou sua subcontratação de coberturas e valores.

Claro que a adaptação às mudanças climáticas não envolve apenas a reação a desastres naturais, mas principalmente a implementação de medidas preventivas. Nesse contexto, o mercado segurador desempenha um papel importante no agronegócio, oferecendo a proteção que permite aos agricultores proteger seus cultivos, equipamentos e infraestrutura contra riscos como desastres naturais, pragas, doenças e variações climáticas imprevisíveis.

A tecnologia agrícola, conhecida como agrotech, pode ajudar os agricultores a tomar medidas proativas para reduzir os riscos em suas operações. Isso pode incluir o uso de previsões climáticas avançadas, sistemas de irrigação eficientes e práticas de cultivo de precisão. A medida que os riscos são reduzidos, as seguradoras podem oferecer taxas de seguro mais competitivas, tornando o agronegócio mais sustentável e resiliente às mudanças climáticas. Segundo dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), a arrecadação do setor de seguros nos ramos de máquinas e implementos agrícolas passou de R\$ 916 milhões no primeiro trimestre de 2022 para R\$ 1,3 bilhão em igual período de 2023, o que representa um crescimento de 45%.

A colaboração entre empresas agrotech e seguradoras é fundamental. Ela pode levar ao desenvolvimento de produtos de seguro agrícola inovadores que atendam às necessidades específicas dos agricultores modernos. Por exemplo, seguros baseados em dados de satélite ou drones podem se tornar mais comuns, permitindo uma avaliação mais precisa dos riscos e ações preventivas mais eficazes.

O agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2020, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,98 trilhões, ou 27% do PIB brasileiro. Atualmente, o Brasil é o quarto maior exportador mundial de produtos agropecuários, aproximadamente US\$ 100,7 bilhões, atrás apenas da União Europeia, dos Estados Unidos e da China, segundo o Ministério da Agricultura.

No cenário internacional, o Brasil emergiu como um líder nas exportações agrícolas, ultrapassando os Estados Unidos em setores-chave, como a produção de milho. Com uma participação significativa nas exportações globais de milho, o Brasil se destaca como um exemplo de como a tecnologia agrícola, o mercado segurador e a inovação podem contribuir para o sucesso do agronegócio, mesmo em um contexto de mudanças climáticas.

Além disso, o Brasil investe em educação e formação profissional em agronegócio, com várias instituições de ensino, escolas técnicas e cursos especializados. Essas instituições desempenham um papel fundamental na preparação de profissionais qualificados que contribuem para o sucesso do agronegócio brasileiro.

Mais do que isso, é possível mitigar perdas futuras com tecnologia e pesquisas. O setor segurador tem uma função na avaliação de riscos ligados às mudanças climáticas. As companhias investem na utilização de dados e estudos para antecipar e compreender o potencial impacto das mudanças climáticas nas perdas seguradas no futuro. Além disso, para atender a essas novas necessidades de proteção do segurado, o mercado segurador desenvolve produtos específicos em diversos ramos, readequa processos para atendimentos em momentos de intempéries climáticas intensas, busca parcerias estratégicas e debate sobre uma regulamentação mais adequada aos novos tempos.

Em resumo, o seguro já tem um papel importante na gestão de riscos associados às mudanças climáticas, contribuindo para a resiliência e a mitigação, bem como para a proteção financeira das pessoas e empresas impactadas. No entanto, ainda existe um imenso espaço para aumento dessa proteção. Um desafio gigante, mas a altura dos nossos produtores, seguradores, resseguradores e corretores.



MAURE

## Os desafios do direito de acesso à internet

» MARCUS VINICIUS VITA FERREIRA  
Advogado, membro consultor da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB

A hiperconectividade da vida contemporânea — que nos obriga a carregar, ininterruptamente, dispositivos eletrônicos que, a um só tempo, informam e distraem — tem feito com que o acesso à internet, direito de 4ª geração, transforme-se em um requisito para o usufruto de garantias de gerações anteriores, como a dignidade, a liberdade de expressão e a educação. Todavia, tal centralidade do virtual nas práticas sociais deve ser regulada, sob pena de afronta aos direitos de 5ª geração, isto é, em suma, a paz; ou, em outras palavras, a proteção contra violências.

Observamos, na recente quadra histórica, a imprescindibilidade dos direitos de 4ª geração — sobretudo em um cenário de crise como foi o da pandemia da covid-19 (cujos reflexos ainda perduram), quando as escolas fecharam e os alunos só puderam seguir com os estudos por meio de aulas remotas, através da rede mundial de computadores. Na mesma época, no caso do Brasil, beneficiários de programas de transferência de renda e outros auxílios emergenciais dependeram de aplicativos de smartphone para obter os recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal. Em ambos os casos, não fosse o acesso à internet, fora o direito à educação, a própria dignidade da pessoa humana ficaria prejudicada.

No período eleitoral do ano passado, percebemos também a relevância das plataformas da web para o exercício da liberdade de expressão — para o bem e para o mal, é claro —, tanto que a Justiça Eleitoral adotou medidas de contenção,

como o bloqueio de perfis e a exclusão de postagens, para evitar que a desinformação influenciasse negativamente o andamento do pleito. Muitas das determinações seguem vigentes, dentro do esforço conjunto das instituições republicanas para combater as investidas golpistas que culminaram na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

“As democracias contemporâneas vivem uma conjuntura de expiação diante da emergência do recrudescimento do populismo a nível global. Estratégias de desinformação e discursos sectários de radicalização política têm influenciado o debate público, colocando em risco garantias individuais”, discursou o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes (STF), decano da Corte, ao Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (Conjur) da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), em evento realizado em junho deste ano.

A questão realmente é grave, como apontou o magistrado, e vai além. Conforme a pesquisa TIC Domicílios 2022, realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e publicada em maio deste ano, o total de domicílios com acesso à internet no Brasil chegou a 80%. Em números absolutos, há 60 milhões de domicílios conectados — 27 milhões a mais do que o registrado em 2015. Apesar de vertiginoso, semelhante crescimento não se compara com o avanço dos crimes digitais, que em 2022 aumentaram 65,2% em relação ao ano anterior, segundo dados do Anuário Brasileiro de

Segurança Pública 2023, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em julho.

Essa expansão alarmante e sem precedentes da cibercriminalidade — que viola os direitos de 5ª geração — só reforça a necessidade de regulações efetivas e de uma atuação incisiva do Estado no amparo aos cidadãos nesse novo front, doravante indispensável para o gozo de prerrogativas progressas, antes sedimentadas. À medida que mais brasileiros e brasileiras se conectam, agigantam-se os riscos associados à falta de privacidade, a fraudes e a variados tipos de golpes e ataques cibernéticos. A internet, ferramenta democrática de comunicação, torna-se, contraditoriamente, uma ameaça quando as vulnerabilidades sistêmicas e a má intenção de indivíduos se combinam sem oposição.

Se, por um lado, a inclusão digital emerge como um pilar de sustentação dos direitos fundamentais, por outro, suscita complexos desafios éticos e legais, que podem comprometer o bem-estar coletivo e a paz social. Não se trata apenas de assegurar o acesso universal e sem barreiras à rede: é preciso fazê-lo de forma coordenada, responsável e segura. O poder público, as organizações privadas e a população devem garantir que a difusão das tecnologias se converta em uma força de promoção de oportunidades —, e não em um vetor para a escalada de transgressões. Nesse contexto, a conciliação entre os direitos de 4ª e de 5ª geração é um imperativo moral, que define o tipo de sociedade que estamos dispostos e empenhados em construir.